

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.689 - SP (2015/0248681-6)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : ELISABETH PIRES BUENO SUDATTI  
ADVOGADO : ELISABETH PIRES BUENO SUDATTI (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP077850  
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
INTERES. : AUREA SALES AVILA

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. A RESERVA DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS EM FAVOR DOS PATRONOS É PERMITIDA MEDIANTE A JUNTADA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ANTES DA EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE LEVANTAMENTO OU PRECATÓRIO, DESDE QUE NÃO HAJA LITÍGIO ENTRE O OUTORGANTE E O ADVOGADO. MANDATO DE PROCURAÇÃO REVOGADO. RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por ELISABETH PIRES BUENO SUDATTI, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, nos qual se insurge contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3a. Região, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATADOS. Reserva de honorários. Possibilidade. Requerimento anterior à expedição de mandado de levantamento ou precatório. Exegese do art. 22 da Lei 8.906/94. Possibilidade de prova do pagamento. Necessidade de instauração do contraditório. Recurso parcialmente provido.*

2. Em seu Apelo Especial, a parte recorrente sustenta, em síntese, que: (a) o acórdão recorrido, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, permaneceu omisso; (b) é direito do advogado assegurar a reserva dos honorários sucumbências e contratuais.

3. É o relatório.

4. No tocante ao art. 535 do CPC/1973, inexistente violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

5. No mais, de fato é firme a orientação desta Corte de que é possível ao Advogado requerer o pagamento dos seus honorários contratuais mediante destaque no precatório a ser pago ao seu cliente, desde que faça juntar o contrato de honorários em momento anterior à expedição do precatório. Confira-se:

*PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. DESTAQUE DA VERBA SOBRE O VALOR PRINCIPAL. POSSIBILIDADE. MOMENTO. MANDADO DE EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO OU LEVANTAMENTO. ART. 22, § 4º, DA LEI 8.906/1994.*

1. *É pacífico, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento de que é possível ao patrono da causa, em seu próprio nome, requerer o destaque da verba honorária, mediante juntada aos autos do contrato de honorários, nos termos do artigo 22, § 4º, da Lei 8.906/94, até a expedição do mandado de levantamento ou precatório.*

2. *Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp. 447.744/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27.3.2014).*

222

*PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. RESERVA DE HONORÁRIOS. NECESSIDADE DA JUNTADA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ANTES DO MANDADO DE LEVANTAMENTO OU DA EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO OU DO RPV. SÚMULA 83/STJ.*

1. *O entendimento do Tribunal de origem não destoa da orientação desta Corte Superior no sentido de que a reserva dos honorários contratuais a favor dos patronos é permitida mediante a juntada do contrato de prestação de serviços profissionais, antes da expedição do mandado de levantamento ou precatório, desde que não haja litígio entre o outorgante e o advogado.*

2. *Caso em que a parte não juntou aos autos o contrato de prestação de serviços. Inafastável, portanto, a incidência da Súmula 83/STJ.*

*Agravo improvido (AgRg no AREsp. 408.178/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 27.11.2013).*

6. Ocorre que, em caso de litígio entre outorgante e

**advogados, esta Corte afirma a necessidade de ajuizamento de ação autônoma, não sendo possível a reserva nos autos da execução. Confirmam-se, a propósito:**

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RESERVA. HONORÁRIOS CONTRATUAIS NOS AUTOS DA EXECUÇÃO. ADVOGADO QUE NÃO MAIS ATUA NO FEITO. REVOGAÇÃO. EXISTÊNCIA DE LITÍGIO. AÇÃO AUTÔNOMA. SÚMULA 568/STJ. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. APLICAÇÃO DAS REGRAS DO CPC/73 AOS RECURSOS INTERPOSTOS NA SUA VIGÊNCIA.*

1. *A controvérsia está delimitada ao cabimento de reserva de honorários contratuais pleiteada por ex-advogado nos próprios autos da ação em que atuou.*

2. *O advogado tem legitimidade para pedir, nos próprios autos do processo, o recebimento dos honorários de sucumbência ou a dedução de seus honorários contratuais da quantia a ser recebida pelo seu cliente, devendo, neste último caso, juntar o contrato de prestação de serviços advocatícios, consoante os arts. 22, § 4º, e 23 da Lei 8.906/94.*

3. *De acordo com os precedentes desta Corte, essa espécie de cobrança facilitada da verba honorária nos próprios autos em que o advogado atuou é cabível desde que não haja conflito entre o patrono e seus clientes outorgantes.*

4. *No caso dos autos, não obstante o acórdão recorrido tenha expressamente reconhecido a existência "entre a exequente (Hospital Municipal São José) e o escritório Pereira Rodrigues & Advogados Associados, ora agravante, controvérsia acerca do adimplemento do contrato de prestação de serviços advocatícios firmado" (fl. 1.844, e-STJ), ainda assim deferiu a reserva de honorários nos autos da execução. Correta, pois, a reforma do entendimento firmado pelo Tribunal de origem, porquanto decidiu em desacordo com jurisprudência desta Corte, de modo que se mostra perfeitamente aplicável à espécie o enunciado da Súmula 568/STJ.*

5. *Nos termos do Enunciado Administrativo 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça". Logo, não há que falar em aplicação das normas processuais contidas na Lei 13.105/2015, porquanto o recurso especial foi interposto ainda na vigência do CPC/73.*

*Agravo interno improvido (AgInt nos EDcl no REsp. 1.507.304/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 31.8.2016).*

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES*

*RECURSAIS. PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. PRAZO EM DOBRO. INAPLICABILIDADE DO ART. 191 DO CPC. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL POR PARTE DO LITISCONSORTE. PEDIDO DE RESERVA HONORÁRIOS CONTRATUAIS NOS AUTOS DA EXECUÇÃO. ADVOGADO QUE NÃO MAIS ATUA NO FEITO. REVOGAÇÃO. EXISTÊNCIA DE LITÍGIO. AÇÃO AUTÔNOMA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE LEI INVOCADOS. SÚMULA 211/STJ.*

1. O Tribunal de origem não analisou a controvérsia posta nos autos à luz dos arts. 46, inciso I, II e IV, 150, 183, 467 e ss., 473, do CPC; 53 da Lei 9.784/1999 e 56, parágrafo único, da Lei 8.866/1993.

2. Esta Corte não considera suficiente, para fins de prequestionamento, que a matéria tenha sido suscitada pelas partes, mas sim que a respeito tenha havido debate no acórdão recorrido. Se, ao apreciar os embargos de declaração, o Tribunal de origem apenas declarou que se pronunciou sobre toda a questão, não houve o suprimento da exigência do prequestionamento.

3. Não configura contradição afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que é perfeitamente possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante, pois a tal não está obrigado.

4. Quanto à pretensão de reconhecimento do direito da sociedade de advogados de percepção dos honorários contratuais mesmo após terem sido revogados os mandatos outorgados, a jurisprudência deste Superior Tribunal consagra entendimento segundo o qual a reserva dos honorários contratuais em favor dos patronos é permitida mediante a juntada do contrato de prestação de serviços profissionais, antes da expedição do mandado de levantamento ou precatório, desde que não haja litígio entre o outorgante e o advogado.

5. No caso dos autos, o acórdão recorrido expressamente reconheceu existir "entre a exequente (Hospital Municipal São José) e o escritório Pereira Rodrigues & Advogados Associados, ora agravante, controvérsia acerca do adimplemento do contrato de prestação de serviços advocatícios firmado" (fl. 1844, e-STJ), situação que impossibilita tanto o levantamento como a reserva de honorários nos autos da execução.

Agravo interno improvido (AgInt nos EDcl no REsp. 1.507.304/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 31.8.2016).

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL. RESERVA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEFERIMENTO. INSCRIÇÃO NA OAB SUSPENSA PREVENTIVAMENTE. REVOGAÇÃO DO MANDATO. EXISTÊNCIA DE LITÍGIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.*

1. *A jurisprudência deste Superior Tribunal consagra entendimento segundo o qual a reserva dos honorários contratuais em favor dos patronos é permitida mediante a juntada do contrato de prestação de serviços profissionais, antes da expedição do mandado de levantamento ou precatório, desde que não haja litígio entre o outorgante e o advogado.*

2. *Não há nenhum pronunciamento sobre a existência de litígio entre o outorgante e o advogado em relação ao valor devido a título de honorários contratuais que justifique a aplicação da exceção à regra que possibilita a reserva da verba honorária. Nesse contexto, a desconstituição das premissas fáticas lançadas pela instância ordinária, demandaria inevitável revolvimento de matéria de prova, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ.*

3. *Se a recorrente almejava um pronunciamento do Tribunal a quo sobre a existência de tal óbice deveria ter provocado, por meio de embargos de declaração, a fim de suprir a omissão do julgado, o que não ocorreu na hipótese.*

*Agravo regimental improvido (AgRg no REsp. 1.568.919/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 10.2.2016).*

7. Da leitura dos autos o que se verifica é que a Corte de origem negou o pedido de reserva ao fundamento de que a autora revogou o mandato de procuração outorgado, o que impede a reserva dos honorários contratuais, em harmonia com a orientação jurisprudencial do STJ, não merecendo reparos o acórdão.

8. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial do Particular.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

**NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**  
**MINISTRO RELATOR**